

Trabalhadores americanos denunciam empresa que quer comprar VarigLog

É prossegue a novela da crise que envolve a Varig. Neste capítulo, os administradores da empresa mentem, quando dizem que cassaram a liminar que penhorou os bens do grupo. Agora, surgiu a denúncia de trabalhadores americanos, que avisaram aos dirigentes sindicais brasileiros do setor as práticas nefastas do grupo que quer comprar a VarigLog.

Detalhes na pág.3



Plena atividade nos aeroportos pode ficar em extinção...



...Se a Varig resolver vender empresas lucrativas como a VarigLog

Transbrasil pode voltar a cruzar os céus brasileiros

Pág. 4

Lei de Recuperação Judicial:

Demissões podem ocorrer na VASP

Pág. 3

INFORME DO SETOR JURÍDICO

Trabalhadores desprotegidos na Swissport

Pág. 2

Sindicato ganha ação de periculosidade da Air France

Uma disputa judicial de nove anos foi finalmente ganha pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários. Trata-se do processo sobre periculosidade da Air France. A empresa agora negocia com o Sindicato para começar de imediato a realizar os paga-

mentos a seus trabalhadores.

A Air France também não vinha respeitando algumas cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, como o pagamento irregular dos domingos e feriados trabalhados, bem como de outros itens da CCT.

Sindicato rebate proposta de acordo da Aeróleo

A empresa Aeróleo, de Macaé, apresentou proposta de Acordo Coletivo aos seus trabalhadores, através do Sindicato Nacional dos Aeroviários. A tentativa de

acordo foi considerada prejudicial aos interesses da categoria.

Leia detalhes na pág. 4.

Novo Ministro do Trabalho quer superação da crise do setor aéreo

Essa foi a boa impressão deixada nos dirigentes sindicais dos aeroviários e aeronautas pelo novo ministro de Trabalho, o ex-presidente da CUT, Luiz Marinho. Egresso do movimento sindical, Marinho quer pressa na solução do impasse, conforme demonstrou na reunião do último dia dois de agosto, em São Paulo, com representantes dos sindicatos da categoria. Na ocasião, o ministro foi informado sobre a situação dramática por que passam as duas principais companhias aéreas do país, a Varig e a Vasp. A primeira encontra-se em processo de recuperação judicial e a segunda está sob intervenção da justiça, à espera também de se beneficiar do recurso da recuperação judicial, previsto na nova Lei de



Foto: Agência Virva

Basta de desemprego! Sindicalistas do setor buscam o diálogo com o governo, sempre visando dias melhores para a aviação

Falências. A principal reivindicação dos sindicalistas repassa a Marinho diz respeito à imediata convocação da assembléia de credores da Varig. Os trabalhadores, por meio do fundo de

pensão Aerus, estão entre os principais credores da empresa. Os representantes da categoria denunciaram ao ministro do Trabalho que a Varig vem pagando os salários com atraso.

Administrador judicial quer abrir "caixa-preta" da Varig

Pág. 3

Vitória dos trabalhadores na BRA e em suas terceirizadas

Irregularidades na terceirizada Oliveira Marini com os dias contados: Sindicato já solicitou reunião com as demais terceiras que descumprem a Convenção Coletiva. Os trabalhadores do grupo BRA já podem se sindicalizar e usufruir dos benefícios do SNA.

Pág. 4



Olho vivo também em outras terceiras da BRA!

As demais empresas, principalmente as que emitem bilhetes e trabalham com reservas, são aeroviárias e têm, em seus quadros, funcionários desta categoria. Devem, portanto, seguir o que diz as nossas Convenção Coletiva e Regulamentação Profissional, em todo o território brasileiro. Mas o que nos pede maior rigor na fiscalização é o fato de, em cada estado, as empresas adotarem critérios de trabalho diferenciados.

É recomendável que todas elas fiquem atentas. A terceira PNX Travel, por exemplo, já está com mesa marcada para o dia 6 de setembro. Aguarde, em breve solucionaremos os casos de irregularidades na PNX Travel.

Portanto, trabalhador da BRA, e terceirizado desta empresa, sindicalize-se já no Sindicato Nacional dos Aeroviários – entidade que, verdadeiramente, representa e defende seus interesses e, principalmente, direitos.

O quê fizeram com nossas esperanças e sonhos mais sentidos?

Leia editorial
-pág.2-

Editorial

Sinais trocados

“Opaco é o fim do mundo pra qualquer navegador/ que perde o oriente e entra em espirais/ e tapa pela frente um contingente que ele já deixou pra trás/os soluços dobram tão iguais/ seus rivais, seus irmãos/as estrelas que não voltam nunca mais/ e o oceano pra lavar as mãos...”

O alerta poético foi dado há 20 anos por Chico Buarque e Edu Lobo, na canção “Meia noite”, composta para a peça “O Corsário do Rei”, do dramaturgo Augusto Boal.

Surrupiadadas nossas bússolas éticas e ideológicas, em pleno alto mar da crise, a sensação de muitos militantes de movimentos sociais e sindicais foi de que uma “meia noite de terror e medo” baixou em nossas vidas, em que o farol do PT – que nos orientaria em plena tempestade – simplesmente se apagou, de forma repentina.

O quê fizeram com nossas esperanças e sonhos mais sentidos?

O cidadão comum brasileiro, atordoado com o turbilhão de denúncias que ocupa o espaço nobre diário dos jornais, não teve ânimo ou vontade de passar os olhos nas páginas econômicas destes veículos de comunicação. Pena, pois é ali que mora o perigo. O pólo ativo do desatino que nos arrasta para o beco sem saída está lá, sólido e volumoso como a parte escondida de um iceberg. Se não, vejamos:

Os banqueiros estão nadando em dinheiro. O lucro líquido declarado do Itaú, segundo maior banco privado brasileiro, foi de R\$ 2,47 bilhões no primeiro semestre. Superior em 35% ao registrado no mesmo período do ano passado. O resultado foi anunciado como o maior lucro semestral na história da banca privada no Brasil. O Bradesco também bateu recordes em seu faturamento, assim como o Unibanco e o Banespa. A pergunta é: até quando?

Choramos hoje o roubo do sonho coletivo, de um país menos desigual, com instituições públicas mais transparentes e participação popular. Choramos a força do dinheiro, que vende aspirações justas, capaz de dar à estrela um mero “brilho de aluguel”.

Choramos, por fim, a dilapidação do patrimônio ético e político do PT, construído com sacrifício por tantos companheiros, de Henfil a Hélio Pellegrino, passando por Betinho e irmã Dorothy Stang, e chegando em Chico Mendes, Taiguara e Florestan Fernandes. E sobretudo por milhares de anônimas famílias “Silva”, que aprenderam com o PT que “reclamando junto melhora”, e que “direito não exercido é direito perdido”...

Como organização partidária, o PT virou poder. E onde ele existe, há disputa, hierarquização e mecanismos de inclusão e exclusão. Não queremos com isso satanizar o poder, mas nos damos conta de sua lógica. Ele é, em princípio, necessário para a transformação social. Mas quando vira fim em si mesmo, perverte e corrompe, porque sua lógica interna é essa: não se garante o poder senão buscando mais poder. E se o poder significa dinheiro, ganha formas de irracionalidade e selvageria: os milhões e milhões se sucedem sem qualquer sentido de limite ético ou de responsabilidade social.

Confundiu-se (talvez de forma proposital) um programa de governo com um projeto de poder. Deu no que deu...

A partir daí, surgem as alianças espúrias com partidos fisiológicos (PTB, PL, PP) e os métodos escusos de cooptação e adesão. Foi o que aconteceu deploravelmente com os setores dirigentes do PT. Se estivessem ligados às bases, vendo os rostos sofridos do povo, suas lutas terríveis para resistir ao jugo capitalista, não sucumbiriam às seduções do poder corruptor. Perderam o rumo por terem se descolado das bases que diziam representar.

Uma constatação é o estranho fenômeno dos sinais trocados que a crise produziu no cenário político. Como no caso do vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar. Como gostaríamos que sua aura de radicalidade nacionalista emanasse da boca do presidente Lula, que teima em abafar e por vezes ignorar seus clamores pela redução da escandalosa taxa de juros, que alimenta o lucro imoral dos banqueiros. E o quê dizer da reforma tributária aprovada pela atual administração petista? Nunca se taxios tanto a produção como agora, num governo de um presidente que trabalhou no setor produtivo, no caso a indústria automobilística.

No setor aéreo -Sofremos na pele os efeitos dessa prática política nociva do governo e dos credores internacionais. Os impasses gerados por intermináveis negociações não levaram a qualquer solução e só fizeram agravar os problemas enfrentados pelos aeroviários e aeronautas. Do plano de Recuperação Judicial até hoje, já foi fechado o ciclo de 60 dias. Até agora, a assembléia dos tais credores não foi convocada, apesar das insistentes solicitações, em juízo, dos trabalhadores. Outro fator preocupante se dá pelo fato do administrador judicial ter declarado, através de petição, a omissão de informações - referentes ao que está acontecendo dentro da empresa - sobre a responsabilidade dos atuais administradores. Várias consultorias estão sendo contratadas a peso de ouro, mas os salários estão sendo pagos com atraso, parcelados em três parcelas. Para piorar, as assessorias contratadas perdem os rumos da coerência; não têm a cautela necessária para esperar a acomodação da atual Lei de Recuperação Judicial, partindo para a covardia da ameaça de demissões, retirada de direitos, diminuição salarial e, até mesmo, proibição de tripulantes e demais trabalhadores de usarem seus passes. As novas assessorias tentam nos intimidar, só piorando o clima entre os trabalhadores - o que pode gerar uma reação em cadeia, com resultados imprevisíveis, provavelmente para a pior.

Na Vasp, nosso passivo trabalhista permanece sem ser pago e o fantasma do desemprego paira como assombração a tirar nosso sono. Salários são pagos sempre atrasados, e muitos direitos assegurados em lei nos são sistematicamente negados pelos patrões. Onde está o governo Lula, que elegemos para nos proteger destes abusos? Num país minimamente sério, gente como Wagner Canhedo, ex-presidente afastado da Vasp, já estaria atrás das grades, sem nenhuma complacência!

O desafio agora é a refundação de um sonho-esperança, de um outro Brasil possível e diferente, não mais rompido (e corrompido) de cima a baixo pela opulência escandalosa de uns poucos e a miséria ultrajante das grandes maiorias. Um Brasil da inclusão, com um projeto de nação generosa aberto à fase planetária de Humanidade, um Brasil cujos governos possam, com a participação popular, realizar a utopia mínima de todos poderem comer três vezes ao dia, de irem ao médico quando precisassem, de enviarem suas crianças à escola, de trabalharem e com o salário garantirem uma vida minimamente digna e, quando aposentados, poderem enfrentar com desafogo os achaques da idade e, na morte, poderem despedir-se deste mundo agradecidos e não o maldizendo.

Será que isso um dia será possível?

Sempre haverá uma razão para que não percamos a esperança...

Desesperar? Jamais...

Essa dor não há de ser inutilmente!

Palestra para ajudar a aproveitar melhor o tempo

No dia cinco de agosto, o consultor de empresas Paulo Goulart ministrou, na sede do SNA, uma palestra importantíssima para os dias atuais: “Como Administrar Seu Tempo”. Trata-se de um mini-curso, no qual os participantes fazem uma série de exercícios que, aos poucos,

vão revelando quais prioridades são eleitas no dia-a-dia e na vida de cada um. Goulart mostrou, através de seus métodos, o quanto é importante definir um foco e seguir em frente - sempre com a escolha certa, eleita por cada um de nós. Nos exercícios, destacou-se o fato

de que, na vida em sociedade, desempenhamos variados papéis profissionais, familiares e amorosos. No entanto, para ser feliz, faz-se necessário o equilíbrio de todos, passando, claro, pela boa administração do tempo. Está aí um curso que valeu a pena!

Departamento de Terceirização

SEA na DRT

O Sindicato participará de nova mesa de entendimentos com a SEA, no dia 13 de setembro. A empresa não está agindo de maneira correta com seus empregados, visando a segurança de seus pertences além de não garantir vestiários e banheiros separadamente, para ambos os sexos. A SEA se comprometeu perante a auditora

fiscal do Ministério do Trabalho de regularizar esses problemas dentro dos próximos 45 dias, sob pena de ser autuada judicialmente. A SEA também está obrigada a regularizar o trabalho do pessoal de pista e da limpeza de aeronaves, criando as equipes separadamente para exercer essas funções, conforme determina a legislação.

Mais irregularidades

Outro caso refere-se à gerência de aeroporto da SEA (Airj), que está ameaçando os trabalhadores a fazerem uma carta, renunciando o direito à ação de

periculosidade impetrada pelo SNA. Enviamos uma correspondência, denunciando o fato, para a presidência da empresa em São Paulo.

Perícia na Proair

A nossa CCT proíbe dobra nas jornadas de trabalho e condições temerárias de trabalho. Na Proair, está para acontecer uma perícia técnica, que pode diagnosticar periculosidade e dobras. Nosso setor jurídico já está em alerta.

Dupla jornada na SATA

Demissões e duplas jornadas: uma fórmula - há muito - mal sucedida nas empresas aéreas. Na SATA, não é diferente. Os funcionários do Airj estão passando por isso, e o Sindicato vai solicitar uma fiscalização detalhada nos relógios de ponto da empresa.



Cipeiros não podem ser demitidos

A Constituição Federal dispõe que os trabalhadores eleitos para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), têm estabilidade de emprego provisória. Em decisão recente, o Tribunal Superior do Trabalho cancelou uma decisão regional que admitia a possibilidade de renúncia

à estabilidade para cipeiros. Portanto, companheiro, se você se candidatar a CIPA, saiba, de antemão, que não pode renunciar ao direito de permanecer no seu emprego, enquanto estiver no exercício do mandato. E, caso queiram mudar esta condição, fique atento: **não aceite!**

Justiça goiana decide a favor de aeroviários

Os trabalhadores da empresa MASTER SERVIÇOS LTDA - que presta serviços aeroportuários para a TAM - agora, têm o amparo jurídico a favor da Convenção Coletiva de nossa categoria. Ocorre que a MASTER vinha, sistematicamente, descumprindo as normas que regem a profissão de aeroviário. Portanto, está decidido: quem trabalha no aeroporto e, ainda mais, na MASTER SERVIÇOS LTDA, é aeroviário!

Segue abaixo a reprodução da íntegra da recente decisão judicial do TRT da 18ª Região - Estado de Goiás

Tribunal Regional do Trabalho. 18ª Região decide: empregados da MASTER são aeroviários

Seguindo o entendimento predominante nos demais Tribunais Regionais do Trabalho, o TRT da 18ª Região - Estado de Goiás, repetindo seu entendimento sobre a matéria, no julgamento dos recursos interpostos pela Empresa MASTER SERVIÇOS LTDA, representante da empresa TAM LINHAS AÉREAS S/A, mais uma vez proferiu julgamento favorável à tese defendida pelo Advogado do Sindicato Nacional dos Aeroviários, portanto deverão receber os mesmos direitos dos demais empregados da Categoria Profissional, tais como, Piso Salarial Diferenciado, Cesta Básica, Vale Alimentação, Jornada de Trabalho reduzida, sendo a duração semanal de 42 horas para

os empregados que não exerçam atividades na pista de pousos e decolagens e de 36 horas para os empregados com funções de pista.

Para não duvidarmos das informações, o TRT da 18ª Região, em julgamento recente nos Recursos Ordinários de números 00583-2002-004-18-00-6, Relator Juiz Luiz Francisco Guedes de Amorim, 01498-2002-007-18-00-4; Relator Juiz Aldon do Vale Alves Tagliaglena; 01428-2002-005-18-00-3, Relator Juiz Octávio José de Magalhães Drummond, e ainda mais recente, envolvendo diretamente a questão onde a empresa MASTER SERVIÇOS LTDA nega a pagar os direitos de seus empregados conforme a Convenção Coletiva de Trabalho dos Aeroviários, publicou-se no DJE nº 01061-2004-007-18-00-2 e RO00463-2004-007-18-00-0, Juiz relator Eugênio José Cesário Rosa, com o seguinte teor, veja a ementa (resumo do julgamento):

“AEROVIÁRIO EMPREGADO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS AUXILIARES OU TERCEIRIZADOS DE COMPANHIA AÉREA. Em conformidade com a Lei nº 7.565/86, Decreto nº 1.232/62 e Portaria GMS/467/93, inclui-se na categoria profissional diferenciada dos Aeroviários o empregado de empresa prestadora de Serviços auxiliares ou terceirizados de Cia. Aérea, portanto, tendo direito ao tratamento fixado nas

Aerossuporte: novo acordo e ação em vista

Não houve acordo com a Aerossuport na DRT/RJ, no dia nove de agosto. Na ocasião, o Sindicato denunciou que a empresa não cumpre nenhuma das 60 cláusulas da nossa Convenção, inclusive a relativa (...) “Ao piso da categoria que hoje é de R\$ 526,00 e a empresa paga valor inferior; exige dos empregados a dobra da jornada, o que não é permitido pela Convenção; o vale refeição e a cesta básica são fornecidos em valores muito inferiores aos estabelecidos na Convenção, etc.”, informa a ata da mesa de entendimento. A Aerossuporte alegou que realmente não cumpre a CCT, porque não reconhece a condição de aeroviários a todos os seus funcionários, alegando ainda que a situação financeira da Infraero é inadequada às exigências profissionais da categoria. Foi marcada, portanto, uma nova mesa de entendimentos com a empresa, para o dia 20 de setembro. Ao mesmo tempo, o SNA vai entrar com uma ação de cumprimento contra a Aerossuporte. A ata da última reunião com a DRT alega também que, apesar de outras terceiras executarem os mesmos serviços que a Aerossuporte, o caso desta empresa é singular.

Trabalhadores desprotegidos na Swissport

Os funcionários da Swissport vêm trabalhando sem os devidos materiais e equipamentos de proteção (casacos e/ou capas de chuva). No dia 30 de agosto último, o diretor da empresa, em mesa redonda com o SNA, comprometeu-se a providenciar novos uniformes. Vamos ver.

normas supracitadas e coletivas desta categoria.”

Dessa forma, prezados companheiros, não restam dúvidas, todos os empregados das empresas prestadoras de serviços auxiliares de transportes aéreos, que exerçam atividades típicas de Aeroviários, assim definidas no Decreto nº 1.232/62, são Aeroviários, conseqüentemente, devem receber todos os benefícios e direitos previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos Aeroviários.

No entanto, alertamos aos companheiros a necessidade da união de todos para que possamos exigir dos patrões os pagamentos de nossos direitos e respeito à nossa Dignidade. EXIJAM, É DIREITO NOSSO!

O quê fazer

- Telefone

Os trabalhadores com processo na Justiça do Trabalho podem entrar em contato com a ouvidoria por meio do telefone (21) 3808-7046.

-E-mail

Outro caminho é acessar a internet e mandar dúvidas através do e-mail ouvidoria@trtrio.gov.br.

- Carta

O endereço para o envio de cartas é Rua Augusto Severo, 84, 13º andar, gabinete 9, bairro da Glória- RJ. O CEP é 20.021-040.

Expediente



Aeroluta
- Órgão do Sindicato Nacional dos Aeroviários

Endereço: Avenida Presidente Wilson, 210, 5º andar • Centro • Castelo • RJ
- CEP:20000-000 - Tel.:(021) 2220-2016 Fax.:(021)2262-3237

A responsabilidade pela publicação de fotografias, charges e ilustrações é exclusiva da diretoria do Sindicato.

Diretora de imprensa:
Célia Regina Werneck Gonçalves

Tiragem:
5 mil exemplares
Impressão:
Monitor mercantil
Edição:
Ricardo Portugal
- Reg. Prof.16.959/DRT-RJ

Redação:
Saulo Andrade
- Reg. Prof. 26.730/RJ MTE
Programação Visual:
Carlos Soares
- Reg. Prof.16.993/RJ
Email: carsomeida@ig.com.br
Tel.:98397616

Candidato a comprador da VarigLog, grupo americano maltrata e explora trabalhadores

Administradores da VARIG mentem, ao dizer que conseguiram cassar na justiça, a liminar que penhorava os bens do grupo. A juíza Gisela Bondim Ribeiro, da 19ª Vara do Trabalho do RJ, encaminhou o processo para a 8ª Vara Empresarial do mesmo estado, onde uma junta de quatro juízes vai deliberar sobre a questão. A propósito, um deles viajou domingo último - dia 5/9 - a Nova York, onde foi se reunir com a Corte americana. O objetivo é solicitar à justiça daquele país mais tempo para que a Varig encontre uma saída para recapitalizar-se, durante o processo de recuperação judicial, evitando assim a perda de sua frota de aeronaves.

Os trabalhadores da empresa americana ORMET, administrada pelo grupo Matlin Patterson (o mesmo que quer comprar a VarigLog) estão em greve. O fundo de investi-



Foto: Arquivo SNA

Recuperação da Varig não depende de venda da VarigLog a Matlin

mentos está explorando os trabalhadores de lá, pois se nega a pagar direitos trabalhistas, de um modo geral. Nossos companheiros americanos enviaram-nos um e-mail relatando o péssimo tratamento a que são submetidos pela direção da ORMET.

Estamos atentos para os próximos desdobramentos da questão. Vamos denunciar aos aeroviários

brasileiros o que este grupo empresarial (Matlin Patterson) faz contra os trabalhadores.

Estes companheiros americanos virão ao Brasil, para que possamos nos reunir e traçar uma estratégia que desmonte e desmascare essa farsa da venda da VarigLog, que só trará prejuízos aos trabalhadores do setor aéreo.

Trabalhadores aeroviários, uni-vos!!!

Vale lembrar que o SNA já vinha alertando quanto aos possíveis cenários nebulosos das empresas do grupo Varig (vide boletins 21, de julho, e 24 e 26, de agosto). Ou seja, tudo o que está relatado aqui, infelizmente, é a confirmação de

nossas suspeitas fundamentais.

Estamos atentos. Confie, portanto, no seu Sindicato. Além de representá-lo e lutar por seus direitos, prevemos, de antemão, o que pode ocorrer se não estivermos sempre alertas na defesa dos

aeroviários. Por isso, é fundamental a Sindicalização, como forma de garantir nossos direitos. Um galho sozinho é fácil de quebrar. Mas um feixe de galhos não se quebra com facilidade. Sindicalize-se, portanto, ao SNA (ficha anexada no jornal).

Declarações desencontradas antecedem possível retorno da Vasp

Esse seria o objetivo da nova Comissão de Intervenção da empresa, composta pelo engenheiro Raul Levino de Medeiros Filho, João Evaldo Lozasso (indicado pelo juiz Homero Batista Mateus da Silva, da 14ª Vara de

Trabalho de SP) e Roberto Carvalho de Castro, representante do presidente da Vasp, Wagner Canhedo.

No entanto, as últimas informações revelam que o juiz da 14ª Vara está propondo demissão re-

troativa a 31 de agosto de funcionários - desde fevereiro último. No dia 25 de agosto passado, nos reunimos em São Paulo com o juiz e o Ministério Público. Afinal, ficamos surpresos com as recentes declarações.

Se a Vasp fizer o dever de casa, nem tudo pode estar perdido

A empresa ainda pode se beneficiar da recuperação judicial, mecanismo que substituiu a concordata na nova Lei de Falências. No dia 31 de agosto, a Vasp apresentou a documentação necessária.

Uma saída para a Vasp é poder voltar a operar no transporte de cargas, gerando recursos também com a reativação do setor de manutenção de aeronaves, oferecendo este serviço para outras empresas aéreas.

De acordo com Reginaldo Alves dos Santos, ex-presidente interino da Comissão de Intervenção, o pedido de recuperação judicial foi uma forma de evitar a falência da Vasp. Ele adiantou que vai trabalhar no plano de reestruturação da companhia, caso



Foto: Arquivo SNA

Na Vasp, indefinições quanto ao passivo trabalhista só geram apreensão

a recuperação judicial seja deferida pelo juiz Alexandre Alves Lazzarini, da 1ª Vara de Falências de São Paulo. A Vasp terá, a partir daí, 60 dias para apresentar o plano, com aprovação prévia dos credores, entre eles os empregados. A empresa teve os vôos suspensos em janeiro deste ano, e seus bens foram penhorados pela Justiça para

pagamento do passivo trabalhista.

O advogado do SNA, Álvaro Quintão, orienta aos funcionários demitidos da Vasp (associados ou não ao Sindicato) a entrar com ação judicial no Sindicato, para que a homologação seja agilizada no sentido de se fazer garantir os recebimentos do FGTS e do auxílio-desemprego.

NOTA EXPLICATIVA DOS SINDICATOS CUTISTAS SOBRE A VENDA DA VARIGLOG

O SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIÁRIOS, o SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, o SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, o SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS DE GUARULHOS, o SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS DE PORTO ALEGRE e o SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS DE PERNAMBUCO, todos com o apoio da FEDERAÇÃO NACIONAL DE AERONAUTAS, AEROVIÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS, manifestaram-se, na quinta-feira última (25/8), no processo de recuperação judicial da VARIG, contra a venda da VARIGLOG e requereram a destituição da atual diretoria da VARIG.

Para defender os interesses dos trabalhadores, os SINDICATOS não poderiam tomar outra atitude. A atual diretoria da VARIG, ao contrário do que vem afirmando, tem demonstrado, no processo de recuperação judicial, completo desprezo pelos trabalhadores.

A proposta de venda da VARIGLOG é indecente. Os SINDICATOS não podem concordar com uma proposta que aliena o controle da VARIGLOG a um fundo de investimento estrangeiro, contrário ao que estipula o Código Brasileiro de Aeronáutica, pelo valor de US\$ 38 milhões de dólares, muito abaixo do estimado (US\$ 300 milhões de dólares) conforme avaliação realizada pelo AERUS em 2003, o que causaria um prejuízo irreversível ao Grupo VARIG.

Na realidade, essa proposta faz parte de uma estratégia do presidente do Conselho de Administração da VARIG de vender, antes do plano de recuperação, empresas e outros ativos do grupo, como a VARIGLOG e a VEM. Afinal, por que a atual diretoria arrolou todos os empregados da VARIGLOG e da VEM como credores trabalhistas na recuperação judicial da VARIG, sem que essas empresas tivessem requerido essa recuperação? A resposta não pode ser outra senão deixar a VARIGLOG e a VEM sem passivo trabalhista tornando-as mais atrativas para supostos investidores.

A venda da VARIGLOG, com certeza, vem sendo negociada há algum tempo e jamais foi tratada com os SINDICATOS.

Os SINDICATOS ajuizaram ação trabalhista solicitando que sejam arrestados todos os ativos das empresas do GRUPO VARIG com o propósito de garantir os créditos trabalhistas e o pagamento dos salários.

Diante de todos esses gravíssimos fatos, não restou outra alternativa senão também pedir, ao juiz da recuperação judicial, a destituição da atual diretoria da VARIG, que claramente não demonstra compromisso com os trabalhadores, tampouco com o futuro da empresa.

É importante ressaltar que além dos SINDICATOS, outros credores tomaram a mesma iniciativa.

Em mensagem divulgada em 26 de agosto, o Presidente da VARIG, Omar Carneiro, tenta induzir os trabalhadores a acreditarem que o aporte de capital resultante da venda da VARIGLOG destinar-se-ia exclusivamente à regularização dos pagamentos de salários, manutenção e aluguel das aeronaves. Entretanto, isso não consta na petição encaminhada ao juiz da 8ª Vara Empresarial, Alexander Macedo.

Apesar da mensagem do Presidente da VARIG, Omar Carneiro, os SINDICATOS tiveram uma audiência hoje com o juiz Alexander Macedo e saíram com a expectativa de que seus pleitos serão deferidos. Para o juiz Alexander Macedo, é importante preservar os empregos dos trabalhadores em qualquer alternativa de recuperação da VARIG.

Os SINDICATOS continuam sua luta incansável pela recuperação da VARIG buscando a melhor alternativa que garanta a manutenção da empresa e preserve os direitos dos trabalhadores.

Administrador judicial quer abrir "caixa-preta" da Varig

Enquanto os trabalhadores da Varig amargam salários atrasados e direitos trabalhistas não pagos, o administrador judicial da recuperação da empresa, João Cysneiros Vianna, afirmou que seu salário de 9,6 milhões de reais não é relevante nesta discussão. Segundo ele, o mais importante é abrir o que chamou de "caixa preta da Varig". Para Viana - que fez lembrar o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que minimizou o crime de "caixa dois", ao defender penas brandas para os acusados de corrupção -

o mais importante é "salvar" a empresa aérea.

Cysneiros Vianna alertou que é preciso prestar atenção nos gastos que a Varig tem feito com consultorias, como o banco UBS (União de Bancos Suíços), a Lufthansa Consulting e a Fundação Getúlio Vargas. Ele ressaltou que os 22 mil credores da empresa precisam saber como aquela caixa-preta da Varig

João Cysneiros Vianna, afirmou que seu salário de 9,6 milhões de reais não é relevante nesta discussão

se comporta. Segundo ele, não houve tentativa sua para receber mais do que o 0,2% do valor do processo (definido a partir do passivo), ao contrário do informado pelo Ministério Público.

O juiz da 8ª Vara Empresarial carioca, Alexander dos Santos Macedo, que cuida do processo judicial, fixou a remuneração em 0,2% do valor da recuperação.

A lei permite que o juiz arbitre a remuneração do administrador em até 5% do passivo, mas o Ministério Público reclamou ao Tribunal de Justiça do Rio e pediu que o pagamento seja de menos de 500 mil reais. Ainda não houve manifestação do tribunal.

O SNA também quer abrir essa caixa-preta da Varig, sr. administrador. Tanto isso é verdade que conseguimos na justiça a penhora de bens do grupo, para que a Varig não venda - a preço

vil a um grupo americano - a VarigLog e a VEM, empresas lucrativas e que não estão no processo de recuperação judicial.

Aeroviários, estamos atentos em todas as frentes. Assim tem sido nas mesas de entendimento das terceirizadas no Ministério do Trabalho, na vitória judicial contra a Air France e na fiscalização dos abusos cometidos pela BRA. O SNA tem cumprido sua missão, na tarefa de defender até as últimas consequên-

Sindicatos apóiam, com entusiasmo, retorno da Transbrasil

Foto: Arquivo SNA

Nos últimos dias, o SNA reuniu-se com os representantes do governo, Luis Marinho, ministro do Trabalho, e José Alencar, titular da Pasta da Defesa, no sentido de oferecer-lhes argumentos convincentes que os auxiliem na retomada da Transbrasil aos céus brasileiros. A intercessão, no caso, se dá no sentido de fazermos um *lobby* a favor dos trabalhadores, junto aos órgãos reguladores do setor - DAC e Ministério da Defesa.

Em maio último, os sindicatos cutistas protocolaram um documento ao ministro da Defesa, José Alencar, solicitando o incentivo do governo para que a empresa volte a operar. Ocorre que Grupo Ocean Air, do empresário German Efromovich, está interessado em um consórcio para reativar a nossa Transbrasil, "cujos princípios anunciados envolvem a quitação de todo o seu passivo, aí incluídos os débitos com a União Federal em suas várias modalidades, tais como Receita Federal, INSS e Infraero, BR Distribuidora e outros, bem como débitos trabalhistas e seus reflexos" - informa o documento.

Em julho, a reunião jurídica com o representante da Transbrasil, o advogado Amauri Mascario (de São Paulo), e o grupo Ocean Air e o Sindicato, foi positiva. Os recentes estudos desta empresa



Num tempo não muito distante, as asas coloridas da Transbrasil transportavam milhares de passageiros

dão conta de que há como a empresa honrar suas dívidas para com os funcionários. Ou seja, a Ocean Air apresentou um plano de reestruturação das atividades da Transbrasil, dando sinais de que os débitos da empresa para com os trabalhadores não seriam prejudicados.

O Grupo esclareceu ainda que, para voltar a operar, resta apenas a liberação da licença, o CHTA (Certificado de Habilitação Técnica de Aeronavegabilidade), por parte do DAC e do Ministério da Defesa, que, até o fechamento desta edição, não se pronunciaram a respeito do protocolo enviado pelos sindicatos de aeroviários, aeronautas e pela Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil - FENTAC/CUT a José Alencar.

Ao lado, a nota da Transbrasil, relativa às recentes reportagens e editoriais publicados na imprensa sobre a possibilidade de seu retorno:

4/08/2005

Nota à Imprensa

A TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS, tendo em vista as reportagens e editoriais publicados pelo jornal "O Estado de São Paulo" nos dias 27.07.2005, 28.07.2005, 29.07.2005 e 31.07.2005, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

1 - Ao contrário do que afirmam as reportagens e editoriais do jornal "O Estado de São Paulo", a TRANSBRASIL não é empresa falida conforme decisão proferida pelo STF em 17.12.04 na AC 572-8;

2 - Em 05.07.05 foi concluída prova pericial na Ação Declaratória nº 01.015.569-4, que tramita na 22ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, a qual constatou, entre outras coisas, que a GE requereu a falência da TRANSBRASIL com base em nota promissória já paga;

3 - Ao contrário do que afirmam as reportagens e editoriais do jornal "O Estado de São Paulo", a TRANSBRASIL dispõe de ordem judicial emanada no TRF da 1ª Região obstando a retomada das áreas por ela construídas e ocupadas nos aeroportos do País; por isso mesmo, não são verídicas as afirmações do Dr. Mário Gusmão, advogado da INFRAERO, divulgadas pelo jornal "O Estado de São Paulo" no sentido de que não há óbice jurídico para a retomada das áreas em questão, até porque a dívida perante a INFRAERO é ilíquida;

4 - A decisão proferida pelo DAC declarando a caducidade da concessão da TRANSBRASIL está com recurso administrativo pendente de julgamento pelo Sr. Ministro de Estado da Defesa, o qual está instruído com Parecer do Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP, Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, demonstrando a absoluta nulidade do procedimento;

5 - Os dados acima mencionados são públicos e sempre estiveram à disposição da empresa, sendo reprovável, pois, o comportamento do jornal "O Estado de São Paulo" ao deixar de atualizar as informações ali divulgadas a respeito da TRANSBRASIL;

6 - Ao contrário do que deixam entrever as reportagens e editoriais do jornal "O Estado de São Paulo", a TRANSBRASIL tem plenas condições de retomar as suas atividades e saldar o seu passivo conforme estudos técnicos já elaborados;

7 - A TRANSBRASIL é empresa com 50 anos de existência e o interesse na sua preservação e na retomada das suas atividades, ao contrário do que divulgou o jornal "O Estado de São Paulo" em campanha difamatória deflagrada contra a empresa, é de toda a sociedade, em razão dos novos postos de trabalho, da geração de tributos e, ainda, da manutenção de um símbolo da aviação civil nacional;

8 - Os Sindicatos que representam os trabalhadores do setor apóiam integralmente a retomada das atividades da TRANSBRASIL, conforme manifestação encaminhada às Autoridades competentes.

A publicação desta Nota à Imprensa somente está autorizada na sua íntegra.
São Paulo, 1º de agosto de 2005
RICARDO VASTELLA JÚNIOR
TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS

PACIÊNCIA TEM LIMITE:

mal acostumadas, terceirizadas deitam e rolam às custas de nosso trabalho

No dia 17 de agosto passado, o Sindicato participou de uma reunião decisiva, no Ministério do Trabalho, com a BRA - empresa que, desde o início de suas operações, vem descumprindo a nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e a Regulamentação Profissional - e sua terceirizada, Oliveira Marini.

A BRA alegou que cumpre todas as cláusulas de nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e, para averiguar, o SNA já solicitou uma fiscalização. A Oliveira Marini vem descumprindo alguns pontos das nossas Convenção e Regulamentação Profissional, seguindo a CCT da Fenascos (representante de segmentos profissionais de asseio, conservação e limpeza, estranhos ao nosso ramo de atividade). Felizmente isso, aos poucos, pode ficar como triste memória para os trabalhadores. É que o Ministério do Trabalho, em Brasília, decidiu que a empresa deverá, sim, cumprir as nossas CCT e Regulamentação Profissional, assim que a Convenção que atualmente rege as normas da

Oliveira Marini for cancelada. O SNA já formalizou o pedido de cancelamento ao Ministério do Trabalho.

É preciso lembrar: a BRA comprometeu-se a - e deve - cumprir todas as cláusulas da CCT dos aeroviários, no Brasil inteiro.

Na reunião, a Oliveira Marini declarou que, a despeito de estar seguindo outra Convenção, em todo o território nacional, os principais itens da CCT - horas extras, adicional noturno, vale-refeição, alimentação e piso salarial - estão sendo seguidos à risca. Só que os mais interessados no cumprimento destas cláusulas, nós, trabalhadores, devemos fiscalizar, no dia-a-dia, o que diz a empresa, e o que ela faz na prática. Vale destacar dois itens importantes na nossa convenção, que, a propósito não são cumpridas por esta empresa: a ilegalidade no desconto de 20% da cesta básica; e a nossa data-base, que é sempre no mês de dezembro, não em março. Portanto, companheiro da Oliveira Marini, fiscalize tudo!

Departamento de Aeroportos Vizinhos

Recado da direção:

"Companheiros de manutenção: Somos tão importantes para as empresas como o são, também, os aeronautas. Portanto, vamos lutar por melhores condições de vida para nossas famílias. Também temos esse direito: dê-se a César o que é de César. A Deus o que é de Deus. Ao patrão o que é do patrão. Pense nisso".

Sua família aeroviária.

Jacarepaguá

Sênior elege cipeiros

No dia 29 de junho, foi realizada, na empresa Sênior, eleições para a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Entre patrões e trabalhadores, os eleitos foram: Antônio Carlos Marcondes Salgado (presidente); Célio Santiago (su-

plente) - eleitos pelo empregador -; Alessandra Venâncio Lima (vice-presidente); Adriano Pinto (suplente) - eleitos pelos trabalhadores.

Encaminhamos a nossa Regulamentação Profissional ao RH da empresa.

Microleve e AeroClark "cumprem" outra convenção

A Microleve e a AeroClark insistem em burlar a legislação, fazendo com que seus funcionários sejam regidos pela convenção coletiva dos comerciários. Estão errados!

A partir deste mês de setembro, o SNA tomará as devidas providências jurídicas para solucionar estes casos.

Mais mão-de-obra no setor aéreo

A Helibarra está planejando montar um departamento de manutenção. Só precisa de mão-de-obra especializada.

Se você, aeroviário mecânico desta área, se interessar, encaminhe seu currículo para o SNA, cujo e-mail é sede@sna.com.br.

Macaé

Índices da Aeróleo

Foi fechado um novo acordo salarial na Aeróleo - retroativo a 1º de junho de 2005. As diárias de alimentação ficarão em R\$ 31,97. Os vales alimentação, em R\$ 9,45, com outras vantagens. Tais valores são aproximados. O Sindicato está reivindicando estender as vantagens para outras companhias, mas é necessário conquistarmos apoios. Em breve, vamos conversar com o RH da Sênior e da Castle-Air.

Nem tudo são flores. As empresas citadas, além de todas as do Complexo do Aeroporto de Macaé, não têm mapa de risco quase que em sua totalidade territorial. Além disso, as empresas vem descumprindo a convenção coletiva de trabalho, ao não pagar insalubridade e periculosidade.

Órfãos da Helijet Aero-Táxi Ltda

Agora um recado importante aos trabalhadores da falida Helijet Aero-Táxi Ltda. O processo da massa falida da empresa encontra-se na 3ª Vara Empresarial, no Fórum do Rio de Janeiro - à Rua Dom Manuel, 29, 4º andar. Sua liquidação continua em aberto.

Eleição na Associação de Aposentados e Pensionistas

A eleição para eleger os novos dirigentes na Associação dos Aeroviários Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (AAAPERJ), ocorrerá no dia 13 de setembro, das 9h às 18h. Participe, aposentado. Mas atenção: só tem direito a voto o associado em dia com as mensalidades da entidade.